

XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013)
GT 6: Informação, Educação e Trabalho

Comunicação Oral

HABILIDADES EM PESQUISA JURÍDICA DE OPERADORES DO DIREITO

Antonio Edilberto Costa Santiago - UFS
Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira - UFBA

Resumo

Na realização desta pesquisa estudaram-se as habilidades de pesquisa jurídica no contexto da competência informacional jurídica cujo objetivo foi o de identificar e analisar, no contexto da competência informacional jurídica, as habilidades de pesquisa jurídica dos operadores do direito, especificamente analisar a percepção desses profissionais no que se refere a sua prática cotidiana de acesso e uso da informação para sanar as necessidades informacionais decorrentes do seu fazer jurídico. O espaço de investigação foi a Procuradoria Regional do Trabalho 5ª Região (PRT5), sendo o universo constituído por Membros do MPT na Bahia (Procuradores do Trabalho e Procuradores Regionais do Trabalho) e por Analistas Processuais em exercício na PRT5. A metodologia adotada foi a pesquisa exploratória e descritiva, combinando as abordagens qualitativas e quantitativas. O instrumento da coleta de dados foi um questionário semi-estruturado, com questões objetivas e abertas, aplicado por e-mail, utilizando o software EnqueteFacil.com. Os dados foram organizados por categorias temáticas embasadas nos cinco padrões de competência informacional da ACRL, complementados pelos padrões LSIL e pelos princípios de competência em pesquisa da AALL. Os resultados mostraram que esses profissionais são detentores da maioria das habilidades relacionadas à competência informacional. Conclui-se, portanto, que os objetivos da pesquisa foram atingidos.

Palavras-Chave: Competência informacional jurídica. Habilidade. Pesquisa jurídica.

Abstract

In this research we studied the skills of legal research in the context of legal information literacy whose aim was to identify and analyze in the context of legal information literacy, the skills of legal research for law enforcement officers, specifically to analyze the perception of professional regarding its practice daily access and use information to address the information needs arising from these legal do. The research area was the Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia (PRT5), the universe is made up of members of the MPT in Bahia (Labour Attorneys and Attorneys Regional Labour) and Procedural Analyst acting in PRT5. The methodology adopted was exploratory and descriptive research, combining qualitative and quantitative approaches. The instrument of data collection was a semi-structured questionnaire with open and objective questions, applied by e-mail, using the software EnqueteFacil.com. The data were organized into categories based in the five thematic patterns of the ACRL information literacy, supplemented by Standards LSIL and the principles of competence in research by AALL. The results showed that these professionals are holders of a majority of the skills related to information literacy. It follows therefore that the research objectives were achieved.

Keywords: Legal information literacy. Skill. Legal research.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea está passando por transformações, as quais estão possibilitando a criação de uma nova cultura e, portanto, modificando as formas de produção e apropriação dos saberes. Neste contexto, afirma-se que as competências e habilidades ganharam destaque nos debates atuais, pois fazem referências simultâneas ao cotidiano social e educacional. A competência implica numa mobilização dos conhecimentos e esquemas que se possui para desenvolver respostas inéditas, criativas, eficazes para problemas novos; as habilidades estão relacionadas ao saber fazer. São inseparáveis da ação, mas exigem domínio de conhecimentos. Há de se admitir que a diferença conceitual entre habilidade e competência não é consensual. Para alguns há complementaridade entre os conceitos, sendo difícil distingui-los com exatidão, enquanto para outros a diferença está no fato de as habilidades relacionarem-se ao “fazer” e as competências, ao “saber”. O conceito de competência mais aceito largamente, e que norteará este estudo, é o que engloba sua formação a partir de três elementos: conhecimentos, habilidades e atitudes.

Registre-se, portanto, o quanto é importante a existência de competências de naturezas as mais diversas, entretanto, neste estudo dedicar-se-á especial atenção àquelas que se inserem de forma incisiva no contexto informacional.

A competência informacional é de fato uma mobilização de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas ao universo informacional, incluindo um conjunto de ações a ele correspondentes (DUDZIAK, 2002; 2010; CATTS; LAU, 2008). Reafirma-se assim o passo qualitativo dado por Breivik, em 1985, ao incorporar, pela primeira vez, ao conceito de competência informacional, um conjunto de habilidades, conhecimentos, ferramentas e recursos, desenvolvidos a partir das atitudes (SÁNCHEZ DÍAZ, 2008).

Insere-se aqui a competência informacional jurídica (Legal Information Literacy), em face de lacuna existente na literatura brasileira sobre a temática, visando assim reconduzir as questões referentes à documentação e informação jurídica para o âmago da ciência da informação, na maioria de seus aspectos, principalmente os da inserção dos contextos da competência informacional jurídica, das habilidades de pesquisa jurídica, da pesquisa jurídica etc. Apresenta-se assim um recorte parcial da dissertação defendida pelo autor, na qual buscou identificar as habilidades de pesquisa dos operadores do direito (Procuradores do Trabalho e Analistas Processuais) que atuam na Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região – Bahia (PRT5).

2 HABILIDADES

Para Durand (1998; 2006) a competência pode ser compreendida como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes interdependentes e necessárias à consecução de determinado propósito, desenvolvidas através da aprendizagem individual e coletiva. É importante ressaltar que a correlação destes elementos entre si, segundo Miranda (2004), afeta parte considerável da atividade de alguém; se relaciona ao desempenho; pode ser medido segundo padrões preestabelecidos e pode ser melhorado por meio de treinamento e desenvolvimento. Neste estudo tratou-se mais precisamente dos aspectos referentes às habilidades no âmbito informacional.

O conceito de habilidade provém do termo latino *habilitas* e refere-se à capacidade e à disposição para fazer algo. A habilidade é aquilo que uma pessoa executa com talento e destreza e o enredo disposto com engenho, artimanha e perícia. Para Roberto Aguiar (2004) habilidade é um conceito relacional: quem é hábil, o é para determinada função, procedimento ou interferência, e pode ser entendida como: o grau de pertinência de uma pessoa com relação a um determinado objetivo; uma aptidão inata ou desenvolvida, visto que a prática, o treino e a experiência permitem que um sujeito consiga melhorar as suas habilidades em determinada atividade; capacidade e disposição para negociar e alcançar os objetivos através da relação com as pessoas. Neste seguimento, Belluzzo e Feres (2006) contextualizam que habilidade está relacionada ao saber como fazer algo ou à capacidade de aplicar e fazer uso inteligente e produtivo do conhecimento adquirido, ou seja, de instaurar informações e utilizá-las em uma ação, com vistas a atingir um propósito específico.

Como metodologia de ação eficaz, “uma habilidade pode servir a qualquer fim, valendo aí sua eficácia [...]” (DEMO, 2010, p. 7). Portanto, habilidade é o saber fazer. É a capacidade de o indivíduo realizar algo como: organizar, coletar, colecionar, ler, estudar, pesquisar, analisar, interpretar, fundamentar, elaborar etc. Neste sentido inserem-se aqui as habilidades de pesquisa.

2.1 HABILIDADES DE PESQUISA

As competências para a pesquisa estão relacionadas com a capacidade de aprender a pensar, a raciocinar, a questionar, e de estudar as temáticas vinculadas às ciências de formas disciplinada e organizada. Estas capacidades englobam o domínio do assunto, das técnicas e metodologias de pesquisa, e das habilidades para a pesquisa. De acordo com Najjar e Alves (2009) essas habilidades, também denominadas habilidades investigativas, são consideradas habilidades cognitivas de alto nível.

Para Barros e Lehfeld (2000, p. 12) estas habilidades são as que se referem ao planejamento da pesquisa (projeto de pesquisa), à aplicação da metodologia, à interpretação

dos dados, e à apresentação e comunicação dos resultados. Estão, portanto, relacionadas aos procedimentos metodológicos que norteiam a construção do trabalho científico, conforme pontuam Najjar e Alves (2009).

Conforme Najjar e Alves (2010) as habilidades de pesquisa formam um conjunto de habilidades que obedecem a uma organização sequencial com escalas de complexidade. Para que se formem as primeiras habilidades, é necessário que haja alguns conhecimentos a elas relacionados. Um dos requisitos para se formar a segunda habilidade é que a primeira tenha sido aprendida significativamente, a fim de que alguns tópicos da segunda se vinculem a alguns tópicos da primeira, e assim sucessivamente. Assim, para a realização de atividade científica e no âmbito profissional e, portanto, no contexto jurídico, as habilidades necessárias sugeridas pelas autoras são as seguintes:

- a)** habilidade para lidar com as fontes de pesquisa;
- b)** habilidade para determinar e formular um problema científico;
- c)** habilidade para realizar o planejamento do processo investigativo;
- d)** habilidade para interpretar e processar a informação científica;
- e)** habilidade para desenvolver redação própria do texto final da pesquisa realizada;
- f)** habilidade para apresentar e defender o trabalho científico. (NAJJAR; ALVES, 2010, p.315).

De acordo com Najjar e Alves (2009) para que se desenvolva a habilidade “b” faz-se necessário, em primeiro lugar, a assimilação da habilidade “a”, e assim sucessivamente. Portanto, para que as atividades de pesquisa sejam executadas de forma independente, é necessário que se tenha aprendido, de forma sequenciada, essas habilidades.

2.2 HABILIDADES INFORMACIONAIS DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

Considere-se que as competências e habilidades de profissionais de nível superior, por conseguinte os dos operadores do direito, podem ser estabelecidos após a formatação e o estabelecimento dos padrões de competência informacional da Association of College and Research Libraries (ACRL), aprovados em 2000, e voltados para os estudantes de graduação das diversas áreas do conhecimento humano.

A ACRL é uma divisão da American Library Association (ALA) e dedica-se a servir de reforço às bibliotecas, aos profissionais da informação e outros interessados, dando suporte ao implemento de programas educacionais no ensino superior com a finalidade de melhorar a aprendizagem, o ensino e a pesquisa. Define a competência informacional como o conjunto de habilidades necessárias para encontrar, recuperar, analisar e utilizar informações. Dentre as suas contribuições, uma das mais importantes deve-se ao desenvolvimento de guias, normas e

padrões. Entre eles, destacam-se o estabelecimento de padrões de competência informacional para o ensino superior (ACRL, 2000).

Ao criar os padrões, o objetivo da ACRL foi fornecer uma estrutura de trabalho para auxiliar e guiar na preparação de indivíduos competentes em informação (NEELY; SULLIVAN, 2006). Estes são compostos por cinco padrões iniciais, considerados como de “alto nível” ou de “nível superior” (KIM-PRIETTO, 2011), e seus respectivos indicadores de desempenho e de resultados, para que uma pessoa possa ser considerada competente informacional. Os cinco padrões são estruturados de acordo com uma hierarquia lógica, que são: saber, acessar, avaliar, utilizar, e uso ético/legal, sendo que, de acordo com a ACRL (c2010) cada padrão amplia e expande o anterior e, em alguns casos, podem-se encontrar aspectos de um padrão que são brevemente abordados nos outros.

2.3 HABILIDADES INFORMACIONAIS DOS OPERADORES DO DIREITO

Apresentam-se os padrões de competência informacional diretamente relacionados com os profissionais do direito, por conseguinte com os operadores do direito. Para identificar estas referidas habilidades nesta pesquisa se utilizou os padrões de competência informacional propostos pela ACRL e os padrões dela derivados.

Neste contexto insere-se o *Law Student Information Literacy* (LSIL) como um conjunto de padrões e indicadores de desempenho baseado nos padrões ACRL, mas que foram adaptados para encaixar as habilidades, ferramentas e produtos de trabalho que os estudantes de direito possam adquirir, usar e criar nos treinamentos da American Association of Law Libraries (AALL), conforme demonstrados na Figura 1.

Figura 1 - Padrões LSIL de competência informacional jurídica

Padrão I	Identificar o tipo e as fontes de informação adequada ao problema ou assunto em questão.
Padrão II	Acesso à informação apropriada de forma eficaz e eficiente.
Padrão III	Avaliar criticamente as informações e suas fontes, a fim de incorporar adequadamente as informações apropriadas em produto de trabalho confiável.
Padrão IV	Aplicar informação de forma eficaz para resolver um problema ou necessidade específica.
Padrão V	Distinguir entre usos éticos e antiéticos usos de informação, e compreender as questões jurídicas decorrentes da descoberta de informações, utilização ou aplicação.

Fonte: (KIM-PRIETTO, 2010; 2011). Quadro elaborado pelo autor.

Enquanto as normas ACRL são um começo útil, e fundamental para o ensino de graduação, a AALL partiu do entendimento da natureza particularizada da pesquisa jurídica, quanto ao conteúdo material, às estratégias de pesquisa e as ferramentas. Usando os padrões de nível superior da ACRL como um referencial, a AALL iniciou o trabalho de articular e

aperfeiçoar os padrões de competência LSIL em 2009, a fim de criar normas de competência informacional para os estudantes de direito, que poderiam ser usados por suas bibliotecas membros e pelos instrutores destas bibliotecas. Em 2011, o conselho executivo da AALL aprovou as competências em pesquisa dos estudantes de direito e os princípios de competência informacional articulados pela força tarefa, como um passo inicial que irá promover os desenvolvimentos que o artigo escrito por Kim-Prieto (2011) contempla.

Os princípios de competência em pesquisa para estudantes de direito da AALL, aprovados em 2011, apresentam paradigmas de princípios gerais de competência em pesquisa para promover o desenvolvimento de diferentes modelos e melhores práticas eventuais. O fundamento destes princípios também foram os padrões estabelecidos pela ACRL (2000) e são endossados tanto pela American Association for Higher Education (AAHE) quanto pelo Council of Independent Colleges (CIC). Portanto, de acordo com a AALL (2011) os programas curriculares das faculdades de direito devem refletir as realidades do campo jurídico e, em particular, que é vital a compreensão dos modelos empresariais dos escritórios jurídicos.

Observe-se neste contexto que o sucesso dos escritórios de advocacia, no ambiente atual, depende: de tempo faturável; de eficiente gerenciamento de tempo; de uma comunicação eficaz; de colaboração eficaz dos pares; e de recuperação de custos. Habilidades em pesquisas altamente competentes, habilidades na solução eficaz de problemas, e habilidades de pensamento crítico também são chaves para o sucesso dos escritórios jurídicos, tanto na prática hoje quanto no futuro. Neste sentido a AALL é confiante de que:

[...] o paradigma destes princípios gerais de competência em pesquisa vai envolver mais as partes interessadas no diálogo sobre a necessidade de estabelecer parâmetros de referência nesta área. Estes padrões devem incluir o desenvolvimento de uma lista detalhada das habilidades requeridas para refletir as necessidades dos empregadores jurídicos do século XXI. (AALL, 2011, tradução nossa).

Assim, a AALL (2011) estabeleceu vinte e um princípios de competência em pesquisa para os estudantes de direito para que estes sejam considerados pesquisadores de sucesso, sendo: cinco gerais (Figura 2) e dezesseis específicos.

Figura 2 - Princípios gerais de competência em pesquisa da AALL para os estudantes de direito

Princípios gerais
<ul style="list-style-type: none">• possuir habilidades básicas de pesquisa;• implementar estratégias de pesquisa efetivas e eficientes;• avaliar criticamente a informação jurídica e não jurídica e as fontes de informação;• aplicar a informação efetivamente para solucionar um problema específico ou atender uma necessidade;• compreender o uso ético da informação e ser capaz de distinguir entre usos éticos e usos não éticos da informação, devendo entender as questões jurídicas que surgem desde a descoberta da informação até seu uso e aplicação.

Fonte: Desenvolvida pelo autor com base nas contextualizações de AALL (2011, tradução nossa).

Em suma, os padrões LSIL e os princípios de competência em pesquisa para estudantes de direito oferecidos pela AALL foram aqui também identificados como as habilidades de pesquisa esperadas dos egressos dos cursos de direito, portanto, dos operadores do direito.

3 COMPETÊNCIA INFORMACIONAL JURÍDICA

As complexidades da vida moderna, combinadas com uma explosão no volume de informações jurídicas e não jurídicas resultou na necessidade de uma nova forma de competência informacional. Nesse contexto, Tjaden (2005) afirma que combinando esses elementos com a tendência de pesquisa multidisciplinar da erudição jurídica, se terá uma situação complexa. Esta exigirá dos estudantes de direito a aquisição de competências especiais de informação, que possibilitará destaque nos estudos e nas atividades profissionais, adquirindo assim uma competência informacional jurídica.

Não é mais simplesmente "olhar em um livro", mas em vez disso, identificar questões e fatos relevantes, considerando as melhores fontes possíveis de informações, utilizando diferentes fontes de informação em diferentes formatos, avaliar e atualizar a informação e, em seguida, sintetizar as informações e gravá-las com precisão e ética na forma de um texto escrito, um memorando ou outra forma aceitável de redação jurídica (TJADEN, 2005).

Competência informacional [jurídica] consiste em preparar seus usuários com habilidades para localizar, avaliar e efetivamente usar informações por suas vidas, incluindo suas vidas em firmas jurídicas, corporações, agências governamentais, tribunais, como também escolas de direito. (GIRE, 2010, p. 31, tradução nossa).

Essa competência deve ser estendida, e por fim, compreendida como um diferencial da área do direito como um todo, em todas as suas vertentes, em todos os seus fazeres, da formação do profissional à atuação na busca de informações, na capacidade de sintetizá-las e

aplicá-las de uma maneira significativa e prática em prol de uma sociedade mais justa.

O direito tanto como atividade profissional ou quanto como disciplina acadêmica, “tem vários atributos únicos que diferem significativamente dos das artes e das ciências, e que devem ser levados em conta na sua instrução e na sua literatura” (MONSMA, 2006 apud RYESKY, 2007, p. 22). Destes, alguns dos mais significativos estão atualmente em debate a partir de uma perspectiva de competência informacional, tais como: fontes de materiais especializados; convenções exclusivas de citação; questões de banco de dados e de literatura; pesquisa jurídica e escrita como uma especialidade; questões políticas; disciplinas acadêmicas; e corpo docente e instrutores próprios (RYESKY, 2007, p. 22).

Utilizando-se a definição de competência informacional da ALA (1989) e a de Bruce (1995, p. 245 apud CARROLL; WALLACE, 2002, p. 135-136, tradução nossa), como “a capacidade de localizar, avaliar, gerenciar e utilizar informações de uma variedade de fontes para a resolução de problemas, tomada de decisão e de pesquisa” e aplicando-a para o estudo e a prática do direito, esta se configura como competência informacional jurídica que se traduz nas seguintes capacidades:

- a) localizar materiais jurídicos (primário e secundário), utilizando ferramentas e técnicas apropriadas de recuperação;
- b) avaliar a relevância, aplicabilidade e valor dos materiais localizados para a questão a ser resolvida. Isto irá incluir a avaliação da relevância, o valor precedente e outros fatores que afetam a autoridade do material;
- c) gerenciar as informações, isto é, para classificar, categorizar e classificar as informações e
- d) utilizar as informações para a tarefa em mãos, tais como aconselhamento sobre a lei, formulando um argumento político ou identificação de perspectivas teóricas apresentadas nos materiais. (CARROLL; WALLACE, 2002, p. 136, tradução nossa).

No entanto, embora seja difícil se resolver um distinto problema para *encontrar a lei* (pesquisa jurídica) e *aplicar a lei* para resolver um problema (método jurídico), é evidente que existem diferentes habilidades necessárias para tanto.

De acordo com Boelens (2001), àquela época o conceito de competência informacional estava começando a ter cobertura na literatura sobre biblioteca jurídica. O impulso inicial veio do mundo educacional e das bibliotecas acadêmicas, mas agora está sendo falado pela profissão de forma mais abrangente.

É um conceito valioso na medida em que oferece um novo panorama ou uma nova mentalidade para o ensino de habilidades de pesquisa jurídica, fazendo os bibliotecários olhar para as grandes questões levantadas pela nossa forma de ensinar essas habilidades aos nossos usuários. Deve fazer com que nos concentremos no ensino de pesquisa jurídica como um processo integral e nos afastar do treinamento de advogados sobre como usar outro novo componente de software ou base de dados. (BOELEN, 2001, tradução nossa).

Após a definição de Zurkovisk (1974), o conceito de competência informacional foi discutido, definido e refinado por mais de duas décadas, até chegar a uma definição amplamente aceita e largamente usada. A usada com mais frequência é a definição da ALA (1989) que se estabeleceu até os dias atuais.

A competência informacional, como uma metodologia de pesquisa, ganhou impulso durante a década de 1980, entretanto, foi apenas em meados da década de 1990 que ela começou a ser usada nos programas de habilidades de pesquisa jurídica (RUSSELL, 2006). É importante ressaltar que os registros documentados mais acessíveis emanam da Austrália, conforme atestam Boelens (2001), Carroll e Wallace (2002) e Russell (2006).

Além da adoção da competência informacional jurídica ser bem mais citada na literatura australiana, algumas faculdades de direito nos Estados Unidos e Inglaterra também estão utilizando este método de pesquisa, embora a aceitação não seja forte como na Nova Zelândia nem tão predominante como na Austrália.

Registra-se também que a literatura brasileira sobre a competência informacional jurídica é insipiente ou praticamente inexistente. Conforme afirmam Santiago e Barreira (2011), há um desafio a ser enfrentado, o de até o momento não se encontrar no Brasil literatura específica sobre competência informacional jurídica.

Faz-se necessário, portanto, “efetivação de uma nova prática informacional, tanto na formação dos novos bacharéis em direito, quanto dos bacharéis que já estão em pleno exercício de suas atividades profissionais.” (SANTIAGO; BARREIRA, 2011, p. 10). Não basta, pois, ter um diploma para tornar-se um operador do direito competente, é preciso a aquisição de competências para o uso eficaz dos recursos jurídicos disponíveis na atualidade.

Embora o desenvolvimento de programas de competência informacional tenha se iniciado no ambiente acadêmico, não há razão para que não funcione em qualquer biblioteca jurídica. De acordo com Gire (2010, p. 31, tradução nossa),

[...] competência informacional institucional faz todo sentido para qualquer biblioteca jurídica no esforço de equipar seus usuários para lidarem com a era da informação como profissionais, quer sejam funcionários, assistentes judiciários, associados, parceiros, juizes, ou estudantes de direito. E não é este o negócio de cada biblioteca jurídica?

Por conseguinte, pode-se observar que aprender a fazer uma pesquisa é, na verdade, um processo bastante complexo. Em todas estas discussões sobre competência informacional e habilidades relacionadas, é evidente que um ponto em comum é ensinar os usuários a pensar sobre a tarefa e avaliar como eles vão juntos.

Neste contexto, o desenvolvimento de competências informacionais pode tornar mais efetivo o trabalho de qualquer profissional no tocante às tarefas ligadas à informação, principalmente nas atividades intensivas em informação. Note-se, então, que o fazer dos profissionais do direito é bastante intenso em informação; informação é sua matéria prima, seu insumo básico.

Inserem-se aqui as habilidades de pesquisa jurídica que, de acordo com Russell (2006), são as habilidades que permitem a realização de pesquisa jurídica de qualquer categoria. Nesta perspectiva, Carroll e Wallace (2002) acentuam a integralidade das habilidades de pesquisa jurídica ao conceito de competência informacional jurídica.

3.1 HABILIDADES DE PESQUISA JURÍDICA

Asseveram Christensen e Kift (2000) que a pesquisa jurídica é “parte integrante da competência informacional jurídica - um atributo importante da graduação”. Em assim sendo, a pesquisa jurídica é a essência da competência informacional jurídica, se considerar que “a meta da pesquisa jurídica sempre foi atingir a competência informacional dos operadores do direito” (KASTING, 2006, tradução nossa). Portanto, o objetivo da pesquisa jurídica é alcançar a competência informacional jurídica.

Há um equívoco amplamente difundido de que habilidades de pesquisa jurídicas são simplesmente aquelas que permitem que uma pessoa encontre a informação jurídica. Embora esta atividade de busca seja um componente do núcleo da pesquisa jurídica, é apenas uma em uma cesta de habilidades que, juntas, formam o conceito “habilidades de pesquisa jurídica”. Essa grande coleção de conjuntos de habilidades é o que permite a uma pessoa realizar o processo de pesquisa jurídica, e que pode ser definida como:

- a) a capacidade de analisar a questão jurídica ou tópico a ser pesquisado;
 - b) a capacidade de identificar os contextos nos quais a investigação deve ser conduzida;
 - c) as habilidades bibliográficas que são evidenciadas na constatação de fontes primárias e secundárias apropriadas;
 - d) a capacidade de avaliar a informação encontrada;
 - e) a aplicação da informação encontrada para a questão jurídica em questão e da construção de argumentos fundamentados;
 - f) a comunicação dos resultados da pesquisa no formato desejado em conformidade com os princípios e os padrões gerais de investigação.
- (RUSSELL, 2006, p. 5-6).

Neste sentido, Cappa (2004, p. 44, tradução nossa) descreve um modelo de pesquisa jurídica que incorpora cinco fases “transparentes” que são: “análise, contextualização, habilidades bibliográficas, interpretação, avaliação e aplicação”. Note-se, portanto, que “sua

interdependência reflete a caracterização da pesquisa jurídica como um processo dinâmico e holístico”.

De acordo com a citada autora, “é necessário considerar todos os cinco elementos do modelo proposto como um *continuum* em todo o processo, ou como partes inextricavelmente ligadas de um processo holístico, a fim de obter os benefícios do modelo proposto”. (CAPPA, 2004, p. 53, tradução nossa). Entretanto, o modelo de pesquisa é capaz de ser adotado e adaptado a qualquer paradigma de pesquisa.

Sob a ótica da competência informacional jurídica, observa-se, neste contexto, uma clara sintonia tanto das fases do modelo de Cappa (2004), quanto às habilidades apresentadas por Russell (2006), com os cinco principais padrões de competência informacional estabelecido pela ACLR (2000).

4 METODOLOGIA

Na presente pesquisa o espaço de investigação foi a Procuradoria Regional do Trabalho - 5ª Região (PRT5). Quanto aos pesquisados, decidiu-se pela população total do universo a ser pesquisado, que era composta por 71 operadores do direito que atuam na PRT5, a saber: 49 Membros do MPT (Procuradores do Trabalho e Procuradores Regionais do Trabalho) 22 Analistas Processuais. Entretanto, o universo real foi constituído por 24 respondentes, sendo 65% de Membros do MPT (Procuradores do Trabalho e Procuradores Regionais do Trabalho) e 35% Analistas Processuais em exercício na PRT5.

No caso da pesquisa em questão o tema competência informacional jurídica é inexplorado até o presente momento na literatura brasileira. São inúmeras as pesquisas que tratam do tema competência informacional nos âmbitos mais diversos, mas não no contexto jurídico.

Nesse sentido ressalta-se que a pesquisa exploratória foi a metodologia aqui adotada, como também a descritiva, combinando as abordagens qualitativas e quantitativas. A pesquisa tem como método de abordagem o dedutivo e como método de procedimento adota o monográfico.

Na perspectiva exploratória, esta pesquisa busca uma aproximação inicial com a referida temática, numa tentativa de contribuir com a literatura da área, a fim e esclarecer conceitos e ideias que poderão ser utilizados em abordagens posteriores. Não intenciona testar hipóteses, nem teorias específicas, entretanto examina as questões levantadas, a fim de tentar encontrar tendências que possam contribuir para maior conhecimento acerca do tema em estudo.

Configura-se como uma pesquisa descritiva, por descrever as características de determinada população ou fenômeno, com o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 2010; BRAGA, 2007). Portanto, a pesquisa exploratória e a descritiva investigam o

maior número possível de informações relativas ao que pretende conhecer. Pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

Tendo em vista os objetivos da presente pesquisa, adotou-se uma combinação das abordagens qualitativa e quantitativa para a análise dos dados coletados e mapeados, face à possibilidade de interpretar os fenômenos e atribuir significados ao processo, considerando o vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, além de permitir o uso de recursos e técnicas estatísticas para traduzir em números informações para classificá-las (MORESI, 2003). Na operacionalização da pesquisa o instrumento da coleta de dados utilizado foi um questionário eletrônico, semiestruturado, com questões objetivas e abertas, aplicado por e-mail, utilizando o software EnqueteFacil.com.

5 RESULTADOS

Os dados estes foram organizados por categorias temáticas embasadas nos cinco padrões de competência informacional da ACRL (2000), complementados pelos padrões LSIL e pelos princípios de competência em pesquisa da AALL, a saber:

- Padrão 1 - Habilidades de pesquisa e fontes de informação;
- Padrão 2 - Acesso e busca da informação;
- Padrão 3 - Avaliação crítica da informação e suas fontes;
- Padrão 4 - Utilização da informação com propósitos específicos;
- Padrão 5 - Uso ético e legal da informação.

Na perspectiva do *Padrão 1 - Habilidades de pesquisa e fontes de informação*, esta pesquisa busca identificar a frequência de uso das fontes de informação jurídicas (Tabela 1).

Tabela 1 - Uso das fontes de informação jurídica

Fontes de informação jurídica	Muito frequente		Frequente		Indeciso ou neutro		Pouco frequente		Nunca	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Legislação em geral.	18	75%	5	21%	1	4%	0	0%	0	0%
Doutrina em geral.	14	58%	9	38%	1	4%	0	0%	0	0%
Jurisprudência.	17	71%	5	21%	1	4%	0	0%	1	4%
Sites jurídicos.	7	29%	11	46%	3	13%	3	13%	0	0%
Revistas técnicas e científicas.	11	46%	6	25%	1	4%	5	21%	1	4%
Mecanismos de busca e diretórios.	6	25%	11	46%	4	17%	3	13%	0	0%
Bibliografias	6	25%	8	33%	4	17%	3	13%	3	13%
Vade-mécuns	9	38%	3	13%	2	8%	7	29%	3	13%

Dicionários e enciclopédias em formato eletrônico	6	25%	6	25%	3	13%	8	33%	1	4%
Bases, banco de dados e portais.	5	21%	7	29%	5	21%	7	29%	0	0%
Teses e Dissertações.	5	21%	9	38%	4	17%	5	21%	1	4%
Jornais e informativos da área.	2	8%	3	13%	4	17%	12	50%	3	13%
Dicionários e enciclopédias em formato impresso.	0	0%	5	21%	4	17%	14	58%	1	4%
Anais de encontros científicos.	1	4%	3	13%	4	17%	14	58%	2	8%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pelo autor.

Neste contexto, os dados da pesquisa mostram que a grande maioria dos respondentes utiliza em seu cotidiano, com muita frequência, os tipos de fontes que formam o tripé básico da informação jurídica: a legislação (96%), a doutrina (96%) e a jurisprudência (92%). Isso significa que estes conteúdos especializados norteiam as atividades de todos os operadores do direito em seus afazeres cotidianos a fim de que possam prestar serviços jurídicos com especificidade, eficiência e eficácia. Entretanto, os dados mostram que as teses e dissertações, como também as bibliografias, não figuram como aquelas utilizadas com frequência. Isto põe em evidência a subutilização de fontes de informação de valia.

Na perspectiva do *Padrão 2 - Acesso e busca da informação*, a Tabela 2 evidencia que as fontes advindas de estudiosos da área seguidas das recomendadas por professores de direito e bibliotecários inspiram maior confiança. Esse resultado confere aos profissionais da informação uma confiabilidade importante, considerando que 79% dos operadores jurídicos creditam alto grau de confiança se a recomendação da fonte tiver origem no bibliotecário.

Tabela 2 - Grau de confiabilidade quanto à origem das fontes de informação

Origem	Muito confiável		Confiável		Indeciso ou neutro		Pouco confiável	
	n	%	n	%	n	%	N	%
Recomendadas por estudiosos da área.	14	58%	10	42%	0	0%	0	0%
Recomendadas por professores de direito.	12	50%	10	42%	2	8%	0	0%
Biblioteca da Procuradoria.	10	42%	10	42%	4	17%	0	0%
Bibliografias publicadas, inclusive as utilizadas em livros, artigos etc.	11	46%	9	38%	3	13%	1	4%
Recomendadas por bibliotecários.	14	58%	5	21%	5	21%	0	0%
Páginas <i>web</i> de bibliotecas.	2	8%	13	54%	8	33%	1	4%
Encontradas em mecanismo de busca na internet.	0	0%	14	58%	8	33%	2	8%
Encontradas em bancos de dados <i>online</i> .	2	8%	11	46%	9	38%	2	8%
Utilizadas por amigos e colegas de profissão.	5	21%	8	33%	9	38%	2	8%
Artigos de revisão relacionados com o assunto.	6	25%	6	25%	10	42%	2	8%

Sites de faculdades de direito.	2	8%	10	42%	9	38%	3	13%
Publicações de associações profissionais.	3	13%	6	25%	13	54%	2	8%
Anais de congressos.	6	25%	2	8%	13	54%	3	13%
Entrevistas pessoais.	2	8%	6	25%	12	50%	4	17%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pelo autor.

Os dados da pesquisa apontam que a maioria absoluta dos respondentes sente-se confortável nas informações *recomendadas por estudiosos da área*, o mesmo nível de conforto ocorre com 92% dos respondentes a respeito das *recomendadas por professores de direito*, o que evidencia confiança face ao reconhecimento, tanto da autoridade de quem se dedica a ser estudioso do direito, quanto aos profissionais da área que exercem a docência. Neste seguimento, 84% sentem-se confiantes com as informações existentes na Biblioteca da PRT5, o que possivelmente reflete os esforços dos bibliotecários quanto aos serviços oferecidos pela biblioteca, a qualidade e atualização do acervo, a qualificação da equipe que integra este fazer, resultando numa satisfação dos seus usuários.

No tocante ao *Padrão 3 - Avaliação crítica da informação e suas fontes*, a Tabela 3 evidencia a confiança demonstrada em razão da autoridade do autor e na necessidade de que a informação esteja sempre atualizada. Uma das características da informação jurídica é a rapidez da sua desatualização, principalmente a legislação, pois, quando esta é alterada automaticamente a doutrina fica desatualizada. Nesse sentido, o bibliotecário jurídico deve estar sempre atento a essa dinâmica, a fim de evitar que o profissional jurídico utilize informações obsoletas. Os dados apontam ainda que mais de 95% dos respondentes considera que o *propósito da obra* é bastante importante, visto que engloba os objetivos do autor em sua construção. São ainda considerados importantes, com uma média percentual (84%) e, portanto, bastante significativos: a *abrangência da obra*; os *tipos de dados incluídos*; e a *precisão e organização*.

Tabela 3 - Avaliação das fontes de informação jurídica

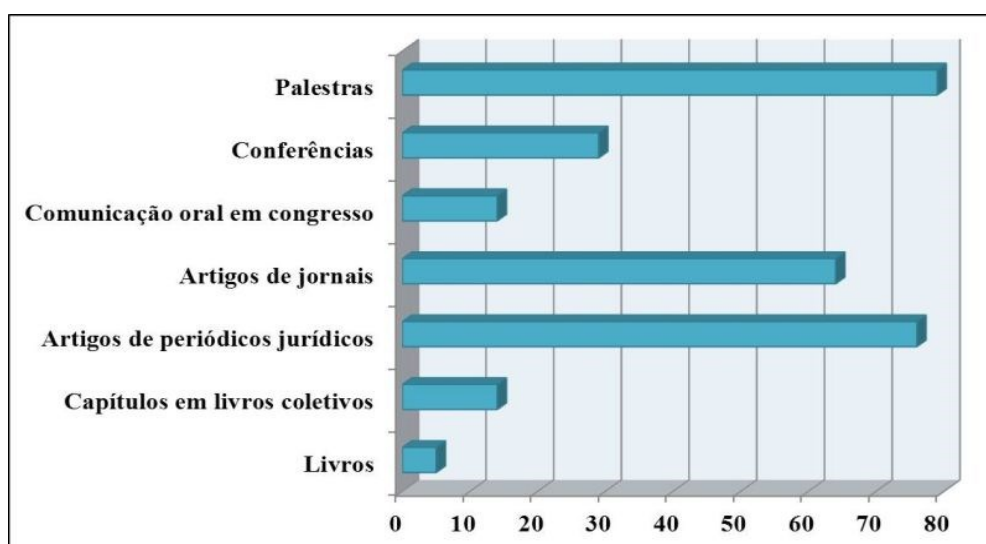
Itens avaliados	Muito importante		Importante		Indeciso ou neutro		Pouco importante	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Credenciais do autor.	18	75%	6	25%	0	0%	0	0%
Atualização.	19	79%	5	21%	0	0%	0	0%
Propósito da obra.	16	67%	7	29%	1	4%	0	0%
Abrangência da obra.	11	46%	10	42%	3	13%	0	0%
Tipos de dados incluídos.	9	38%	11	46%	4	17%	0	0%
Precisão e organização.	9	38%	10	42%	5	0%	0	0%

Autoridade do editor.	4	17%	11	46%	6	25%	3	13%
Formato impresso.	6	25%	7	29%	9	38%	2	8%
Formato eletrônico.	4	17%	7	29%	11	46%	2	8%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pelo autor.

A respeito do *Padrão 4 - Utilização da informação com propósitos específicos*, no que tange à tipologia de produção há uma variedade importante conforme demonstrado no Gráfico 1. Foram identificados 281 itens publicados, nos quais as palestras, artigos de jornais e artigos em periódicos jurídicos se destacam, indicando a preocupação desses respondentes em disseminar a informação por eles produzida.

Gráfico 1 - Produção bibliográfica e comunicação de conhecimento jurídico



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor.

Quanto ao *Padrão 5 - Uso ético e legal da informação*, os dados apresentados na Tabela 4 demonstram que a maioria absoluta dos respondentes considera plágio usar frases e sentenças dos outros sem dar o crédito para o autor. Nessa perspectiva pode-se afirmar que os respondentes compreendem que plágio trata-se da apropriação de uma ideia, processo, resultados, palavras, em fim do discurso do outro sem lhe designar a autoria.

Tabela 4 - Situações que podem ser consideradas plágio

Situações de plágio	n	%
Usar frases e sentenças dos outros como se fossem suas próprias sem dar o crédito para o autor.	24	100%
Copiar um texto escrito por outra pessoa e usá-lo sem aspas.	22	92%
Usar imagens com direitos autorais, a partir de fontes diversas, sem dar o crédito para o autor/criador	18	75%
Usurpar ideias alheias e/ou reformular a informação de outra pessoa e usá-las sem dar o crédito para o autor.	17	71%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pelo autor.

Em suma, todas estas demonstrações evidenciam que os operadores jurídicos realmente compreendem a ilicitude do ato e o quanto é importante observar a compreensão e o respeito ao uso ético da informação.

6 CONCLUSÕES

A competência informacional pode contribuir com os indivíduos para que tenham habilidade de lidar com a informação em seus diversos ciclos, desde a identificação da sua necessidade de informação ao seu uso ético, além da aquisição de um aprendizado permanente, independente e continuado, compatíveis com as exigências contemporâneas da sociedade da informação.

Em sendo a pesquisa jurídica o principal componente da competência informacional jurídica, indentificar as habilidades dos operadores do direito neste contexto contribui para a efetivação de uma nova prática informacional, tanto no processo de formação dos novos bachareis em direito, quanto daqueles bachareis em pleno exercício de suas atividades profissionais.

A existência de programas que priorizem a implantação da competência informacional ainda é uma realidade a ser concretizada no Brasil, pois, não há pesquisas sobre essa temática, a literatura é praticamente inexistente e se desconhece projetos pedagógicos de curso de direito que denotem essa perocupação. Nem o Estado nem as instituições educacionais têm revelado explicitamente o interesse em propiciar a aquisição de competência informacional tanto aos estudantes dos diversos graus de escolaridade, quanto aos profissionais liberais, trabalhadores em geral e demais brasileiros.

Dessa forma, entende-se como um desafio o desenvolvimento da competência informacional do âmbito acadêmico, especialmente nos cursos de direito visto que esta competência é elemento fundamental para o acesso eficaz e eficiente da informação. Reveste-se como desafio maior a implantação de um programa similar em instituições jurídicas não acadêmicas como é o caso da PRT5.

Nesse cenário, a participação de bibliotecários é relevante conforme experiências relatadas na literatura estrangeira. No caso da pesquisa jurídica, estes profissionais de instituições e de órgãos jurídicos, assim como os das faculdades e cursos de direito, devem atentar para essa realidade visto que a informação é elemento-chave, matéria-prima de todos aqueles que lidam com a matéria jurídica na vida dos cidadãos e da sociedade como um todo.

Ao investigar as competências informacionais jurídicas dos operadores do direito em exercício na PRT5, buscou-se identificar e analisar o domínio das habilidades de pesquisa

jurídica desses profissionais, visto que a responsabilidade do fazer desses sujeitos provoca impactos significativos na sociedade, face às suas ações em defesa do cumprimento da lei.

Verificou-se de forma geral que os operadores do direito, participantes da pesquisa, indicaram detentores da maioria das habilidades relacionadas à competência informacional, o que possibilita afirmar que estes possuem compreensão das diretrizes estabelecidas pelos padrões da ACRL (2000), pelos padrões LSIL, e pelos princípios de competência em pesquisa da AALL, vez que já demonstram algum conhecimento sobre elas, mesmo que de forma intuitiva e inconsciente.

Conclui-se, portanto, que os objetivos da pesquisa foram atingidos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Roberto A. R. de. **Habilidades**: ensino jurídico e contemporaneidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 270 p.

AMERICAN ASSOCIATION OF LAW LIBRARIES, **Law student research competency principles**. Draft February 28, 2011. Disponível em: <<http://researchcompetency.wordpress.com/2011/02/28/26/>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Presidential Committee on Information Literacy, Chicago. Final Report. Chicago: ALA, 1989. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/acrl/publications/whitepapers/presidential.cfm>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES, Chicago. **Information literacy competency standards for higher education**. Chicago: ACRL, 2000. 17 p. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/acrl/standards/standards.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2010.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia**: um guia para iniciação científica. São Paulo: Makron Books, 2000.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; FERES, Glória Georges. O projeto investigativo e a fluência científica e tecnológica na sociedade da informação (information literacy): uma questão de educação na biblioteca universitária. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, SIBI, 2006. 1 CD-ROM.

BOELEN, G. Legal research skills education based on the principles of information literacy: a re-evaluation for the 21st century. In: SPECIALS, HEALTH AND LAW LIBRARIES CONFERENCE, 9., 26-29 August 2001, Melbourne. **Rivers of knowledge**: proceedings ... 2001. Disponível em: <<http://conferences.alia.org.au/shllc2001/papers/boelens.html>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

BORDONI, Thereza. **Saber e fazer...**: competências e habilidades?!? [ca. 2003]. Disponível em: <<http://www.pedagogobrasil.com.br/pedagogia/saberefazer.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em ciência da informação. In: MULLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). **Métodos para a pesquisa em ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 17-38. (Série Ciência da Informação e Comunicação).

CAPPA, Clare. A model for the integration of legal research into Australian undergraduate law curricula. **Legal Education Review**, v. 14, n. 2, p. 43-62, 2004. Disponível em: <<http://www.austlii.com/cgi-bin/download.cgi/download/au/journals/LegEdDig/2005/44.rtf>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

CARROLL, Robyn; WALLACE, Helen. An integrated approach to information literacy in legal education. **Legal Education Review**, v. 3, n. 2, p. 133-168, 2002. Disponível em: <<http://www.austlii.edu.au/au/journals/LegEdRev/2002/8.html>>. Acesso em: 21 abr. 2004.

CATTS, Ralph; LAU, Jesus. **Towards information literacy indicators**. Paris: UNESCO, 2008. 34 p. (Information for All Programme). Disponível em: <<http://www.uis.unesco.org/template/pdf/cscl/InfoLit.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2010.

CHRISTENSEN, Sharon; KIFT, Sally. Graduate attributes and legal skills: integration or disintegration? **Legal Education Review**, v. 11, n. 2, p. 207-239, 2000. Disponível em: <<http://www.austlii.edu.au/au/journals/LegEdRev/2000/8.html>>. Acesso em: 8 maio 2012.

DEMO, Pedro. **Habilidades e competências no século XXI**. Porto Alegre: Mediação, 2010. 103 p.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Competência informacional e midiática no ensino superior: desafios e propostas para o Brasil. **Prisma**, Revista de Ciências e Tecnologias de Informação e Comunicação, n. 13, 2010. 19 p. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/viewFile/793/728> Acesso em 15 ago. 2011.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **Information literacy e o papel educacional das bibliotecas e do bibliotecário na construção da competência em informação**. Trabalho apresentado no XII ENDOCOM, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 05 de setembro de 2002.

DURAND, Thomas. Forms of incompetence. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMPETENCE-BASED MANAGEMENT, 4., 1998, Oslo. **Proceedings...** Oslo: Norwegian School of Management, 1998.

DURAND, Thomas. L'alchimie de la compétence. **Revue Française de Gestion**, Cachan, FR, v. 32, n. 160, p. 261-292, 2006. (republicação da Revue Française de Gestion, n. 127, p. 84-102, janv./févr. 2000). Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-francaise-de-gestion-2006-1-page-261.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIRE, Judith. Information literacy plans: does your law library need one? **AALL Spectrum**, p. 28-31, Feb. 2010. Disponível em: <http://library.law.unh.edu/files/file/Gire_InfoLitPlan_Spectrum2010.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2011.

KASTING, Tricia. **Students lack legal research and information literacy**. Special to Law.com [at] June 28, 2006. Disponível em: <<http://www.law.com/jsp/llf/PubArticleLLF.jsp?id=1151399126085>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

KIM-PRIETO, Dennis. **How law student information literacy (LSIL) standards address deficits identified by the MacCrate report and the Carnegie report, and what they mean for legal research education & training**. Dec. 2010. 30 p. (Rutgers School of Law-Newark Research Paper n. 088). Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1678146#%23>. Acesso em: 24 ago. 2011.

KIM-PRIETO, Dennis. The road not yet taken: how law student information literacy standards address identified issues in legal research education and training. **Law Library Journal**, v. 103, n. 4, p. 605-630, 2011. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1678146>>. Acesso em 6 mar. 2011.

MIRANDA, Silvana Vieira. Identificando competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 112-122, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/83/76>>. Acesso em: 26 set. 2009.

MORESI, Eduardo (Org.). **Metodologia da pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2003.

NAJJAR, Enise Cássia Abdo; ALVES, Laura Maria Silva Araújo. Atividades de pesquisa na graduação: percepção dos alunos do curso de Terapia Ocupacional da Universidade do Estado do Pará. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n.36, p. 293-318, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n36/13.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2011.

NAJJAR, Enise Cássia Abdo; ALVES, Laura Maria Silva Araújo. Competências e habilidades para pesquisa em alunos de graduação de terapia ocupacional. **Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 145-159, nov. 2009. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/pdf/v14_3/m255.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2010.

NEELY, Teresa Y.; SULLIVAN, Katy. Using information effectively. In: NEELY, Teresa Y. (Org.). **Information literacy assessment: standards-based tools and assignments**. Chicago: American Library Association, 2006. p. 96-113.

RUSSELL, Mary-Rose. **Mainstreaming legal research skills into a New Zealand law school curriculum**. 2006. Thesis (Master of Laws)- University of Auckland, 2006.

RYESKY, Kenneth H. On solid legal ground: bringing information literacy to undergraduate-level law courses. **Journal of Effective Teaching**, v. 7, n. 2, p. 21-35, 2007. Disponível em: <http://uncw.edu/cte/ET/articles/Vol7_2/Ryesky.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2012.

SÁNCHEZ DÍAZ, Marlery. Las competencias desde la perspectiva informacional: apuntes introductorios a nivel terminológico y conceptual, escenarios e iniciativas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n. 1, p. 107-120, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n1/10.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2010.

SANTIAGO, Antonio Edilberto Costa; BARREIRA, Maria Isabel Sousa. Competência informacional jurídica: habilidades em pesquisa jurídica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. **Anais...** Maceió: AAPB; FEBAB, 2011. 1 CD ROM.

TJADEN, Ted. **The paradox of legal research and writing in law school**: ignoring its importance at our peril. Paper presented at the CALT Conference in Vancouver, 22 a 24 jun. 2005. Disponível em: <http://www.acpd-calt.org/shared_docs/2005_tjaden.pdf>. Acesso em 12 out. 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

ZURKOWSKI, Paul G. **The information service environment relationships and priorities**. Washington: National Commission on Libraries and Information Science, National Program on Library and Information Services, 1974. 30p. Disponível em: <http://www.eric.ed.gov/ERICDocs/data/ericdocs2sql/content_storage_01/0000019b/80/36/a8/87.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2010.